

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**EDUCAÇÃO SEXUAL  
PARA DEFICIENTES MENTAIS:  
OPINIÃO DE PAIS E PROFESSORES**

**LARA CRISTINE DA SILVA**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Uberlândia - MG

Dezembro - 1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS  
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA DEFICIENTES  
MENTAIS: OPINIÃO DE PAIS E  
PROFESSORES**

LARA CRISTINE DA SILVA

ANA LUCIA RIBEIRO DE OLIVEIRA .

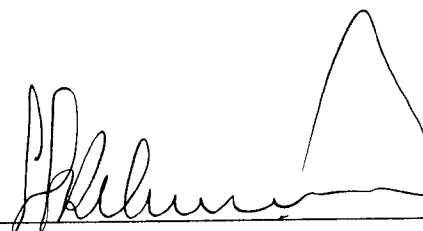
Monografia apresentada à Coordenação do curso  
de Ciências Biológicas, da Universidade  
Federal de Uberlândia, para a obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Uberlândia - MG

Dezembro - 1994

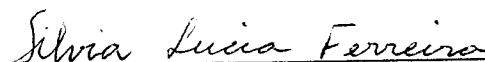
**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA DEFICIENTES MENTAIS:  
OPINIAO DE PAIS E PROFESSORES**

APROVADA PELA COMISSAO EXAMINADORA EM 14 / 12 / 94.



---

**ANA LUCIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**  
Orientadora



---

**SILVIA LUCIA FERREIRA**  
1º Conselheiro



---

**MARISLENE NUNES DA SILVA**  
2º Conselheiro

Uberlândia - MG

Dezembro - 1994

**INDICE**

1. RESUMO .....	iv
2. INTRODUÇÃO .....	01
2.1. Justificativa .....	01
2.2. O indivíduo deficiente mental .....	04
2.3. A sexualidade do indivíduo deficiente mental (Revisão da Bibliografia .....	09
2.4. Objetivos .....	24
3. MÉTODO .....	25
3.1. Sujeitos .....	25
3.2. Instrumentos .....	26
3.3. Procedimento de Coleta de Dados .....	26
4. RESULTADOS .....	29
5. DISCUSSÃO .....	54
6. CONCLUSÃO .....	64
7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	66
8. APENDICES .....	71

## 1 - RESUMO

A tarefa de cuidar dos indivíduos excepcionais, no que concerne à sua educação sexual, tem sido considerada por pais, professores e responsáveis, como uma área que apresenta conflitos e dificuldades na sua execução.

A presente pesquisa, analisou opiniões de pais e professores de alunos de uma escola para indivíduos excepcionais na cidade de Uberlândia - MG, acerca da sua tarefa de orientar o jovem deficiente mental, nas questões relativas à educação sexual. Foram utilizados como instrumentos para o estudo, dois questionários, destinados aos pais e professores dos jovens excepcionais, onde foram abordados temas como, casamento, métodos anticoncepcionais, educação e orientação sexual, dificuldades e problemas encontrados pelos sujeitos, envolvendo a área da sexualidade.

Verificou-se que todos os sujeitos, apontaram, em sua maioria, a família como devendo ser a responsável pela tarefa de educar sexualmente os jovens deficientes mentais.

Os sujeitos, em sua maioria, sugeriram que houvesse pessoas especializadas para o desempenho da tarefa de ministrar a Educação Sexual.

Vê-se que trata-se de um assunto bastante polêmico, uma vez que os pais se acham com a responsabilidade de educar sexualmente os filhos, mas, na

maioria das vezes, não possuem manejo técnico e pedagógico como o do professor. Muitos professores, no entanto, acham que o problema é exclusivamente dos pais, e quando se dispõem a assumir tal responsabilidade, não encontram-se munidos de recursos ou ainda, de suficientes e necessários esclarecimentos sobre o assunto.

Saliente-se a importância e necessidade da implantação de projetos nas escolas, com o objetivo de esclarecer pais e professores, com relação ao assunto sexualidade.

Estudos posteriores nessa área, com o objetivo de obter mais esclarecimentos sobre essa problemática, são necessários.

## **2 - INTRODUÇÃO**

### **2.1. Justificativa**

Ao rever a história da existência do preconceito em relação ao indivíduo deficiente mental, vê-se que isso data de longos anos. Parece ser muito difícil ao homem lidar com algum tipo de deficiência, seja física ou mental, pois talvez isso o faça ver de perto o quanto o ser humano é vulnerável.

Em nossa sociedade ainda existe e persiste o problema do preconceito. A discriminação e a segregação desses indivíduos, torna deste modo, difícil a sua participação e integração na sociedade.

Muito mais do que os indivíduos considerados normais, os excepcionais necessitam de uma maior atenção por parte de seus familiares, amigos e profissionais, pois em geral, não conseguem realizar sozinhos as tarefas comuns do

cotidiano, necessitando então constantemente de alguém que os ajude.

Sabe-se que é necessário investimento e empenho na educação destes indivíduos, para que possam ser úteis a si próprios, bem como à sociedade a qual pertencem. Isto significa que a sua educação é válida quando permite a sua integração, do ponto de vista social, emocional e profissional.

Todo trabalho de educação, deverá ser realizado de modo a abranger o indivíduo como um todo, levando-se em conta as suas potencialidades, suas necessidades, ambiente e recursos disponíveis. A sexualidade é uma área que merece atenção, quando se trata da educação do indivíduo, tanto quanto qualquer outra.

No Brasil, os estudos sobre a sexualidade do indivíduo excepcional são poucos. Grande parte dos estudos e publicações à respeito tem origem nos Estados Unidos.

Ainda hoje se procuram respostas para perguntas do tipo: a) quais as principais dificuldades encontradas pelos familiares do deficiente, relativas à sua sexualidade?; b) até que ponto os familiares do deficiente mental são informados à respeito do assunto? c) quais as principais dificuldades encontradas pelos próprios deficientes no tocante à sua sexualidade? d) são oferecidos a estes indivíduos os mesmos direitos, que aos concedidos aos indivíduos normais, no que se refere à informações recebidas sobre a sexualidade; e) os familiares são conscientes da importância de se levar informações sobre sexualidade aos indivíduos deficientes mentais?



Ao deficiente mental, é importante que se ofereça uma educação sobre higiene física e mental, pois ambas objetivam desenvolver nestes indivíduos, conhecimentos, atitudes e práticas adequadas à manutenção e promoção da saúde (Braga, 1985).

É necessário que ao deficiente mental, seja dada oportunidade de receber uma educação sexual, do mesmo modo como a qualquer outro cidadão, e que esta seja oferecida de forma natural no que se refere ao corpo humano, suas partes e funções. É na adolescência que esta educação torna-se mais necessária, pois é um período de significativas transformações tanto anatômicas quanto funcionais, psíquicas e sociais. O modo como pais, professores e responsáveis enfrentam o problema de educar sexualmente o indivíduo deficiente mental foi a maior motivação para a realização deste trabalho.

O indivíduo, tem que estar informado sobre as mudanças em seu corpo, sejam elas externas ou internas.

O presente trabalho buscou informações que possam servir para embasar trabalhos e intervenções que se façam necessárias, envolvendo o cidadão considerado excepcional.

Do ponto de vista científico, a carência de estudos sobre o assunto no Brasil, é notória, merecendo da parte dos pesquisadores uma atenção mais voltada às questões pertinentes ao indivíduos deficiente.

No nível pessoal, este estudo representa mais uma etapa no desenvolvimento do curso de Ciências Biológicas, ao nível de Bacharelado, onde a realização de um

trabalho de pesquisa, certamente enriquecerá a minha formação.

## **2.2. O indivíduo deficiente mental**

O indivíduo deficiente mental não mais pode ser visto como um indivíduo que deva ser segregado de nossa realidade social, e nem como sendo portador de algo necessariamente incurável e irremediável.

Sabe-se que o meio tem enorme influência no desenvolvimento tanto intelectual quanto sócio-emocional desta população, de maneira que toda a sociedade é responsável por grande parte do sucesso ou fracasso da mesma, no que concerne seu desempenho global.

Sabe-se que nos Estados Unidos, as atividades em relação ao indivíduo excepcional passaram da rejeição e isolamento do deficiente para a sua integração, tanto quanto possível, na sociedade. No Brasil, esta questão ainda constitui-se como um objetivo.

Uma série de tendências sociais importantes, influenciou grande parte do que se faz atualmente pelos indivíduos excepcionais.

Segundo Kirk & Gallagher (1987) a criança excepcional é aquela que difere da criança típica ou normal por: suas características mentais; suas capacidades sensoriais; suas características neuro-motoras ou físicas; seu comportamento social; suas capacidades de comunicação e suas deficiências múltiplas. Para o autor, a deficiência

mental, refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que coexiste com falhas no comportamento adaptador e se manifesta durante o período de desenvolvimento.

O estudo do indivíduo deficiente mental, traz uma classificação desses sujeitos, em categorias definidas, segundo o seu potencial de aproveitamento de aprendizagem: educáveis e treináveis.

O indivíduo deficiente mental educável é aquele que, devido ao seu desenvolvimento mental subnormal, é incapaz de se beneficiar suficientemente do programa escolar regular, mas que é considerado capaz de desenvolvimento em três áreas: a) educabilidade em assuntos acadêmicos. b) educabilidade em adaptação social. c) adequação ocupacional a ponto de poder se sustentar parcial ou totalmente quando adulto. O deficiente mental treinável é definido como aquele que tem dificuldades em: aprender as habilidades acadêmicas a qualquer nível funcional; desenvolver independência total; alcançar adequação vocacional suficiente, sustentar-se sem supervisão ou ajuda. O indivíduo treinável é incapaz de cuidar de si próprio: proteger-se de perigos comuns no lar, na escola e na vizinhança e ter um ajustamento social adequado (Kirk, 1987).

Os indivíduos cujas deficiências são consideradas graves ou severas, têm dificuldades múltiplas que muitas vezes interferem nos procedimentos de instrução normal. Por exemplo, além de ser deficiente mental, o

indivíduo pode ter paralisia cerebral ou deficiências sensoriais.

A identificação ou classificação dos indivíduos deficientes mentais é feita através de procedimentos de medição de subnormalidade intelectual ou adaptação social.

Para Kirk & Gallagher (1987), as famílias desempenham um papel importante na vida de um indivíduo deficiente. Os pais começam a ajustar desde cedo seus sonhos para o futuro desses filhos e depois têm de enfrentar as pressões constantes dos cuidados diários que eles necessitam.

Muitos pais, na verdade, aceitam a criança incapacitada, como uma realidade, e procuram lidar com os problemas que se seguem de uma maneira sadia, o melhor que podem. Embora a criança excepcional seja uma criança, ela também é uma criança com diferenças. É com as diferenças que os professores especiais devem trabalhar. E é a essas diferenças que os pais devem se ajustar (CRUICKSHANK, 1979).

Crianças excepcionais, definidas como crianças com diferenças, têm as mesmas necessidades que as suas equivalentes com algumas diferenças, pertinentes ao seu tipo de excepcionalidade.

Tipos especiais ou diferentes ambientes de aprendizagem podem ser necessários para ajudar os deficientes mentais a dominarem melhor o conteúdo e as habilidades do ensino.

É muito importante também que exista uma intervenção precoce para prover um início adequado de

desenvolvimento para os indivíduos excepcionais, que já é conhecida há muitos anos. A intervenção precoce deve ser dada o mais cedo possível.

Grossman (1979), define deficiência mental, como envolvimento intelectual geral, significativamente abaixo da média, existente concomitantemente à despeito do comportamento adaptativo e manifesto durante o período de desenvolvimento.

Bijou *et al* (1978 - p. 108), dizem que esta definição "é útil somente na medida em que aderimos a procedimentos clínicos bem estabelecidos para se mensurar a capacidade intelectual e comportamento adaptativo interpretando as descobertas em termos observáveis".

O deficiente mental para Windholz (1986), é definido como "um indivíduo com retardo no seu desenvolvimento, retardo este que pode ser global ou apenas em alguns aspectos, como desenvolvimento cognitivo, motor, fala, comunicação e desenvolvimento social".

Infelizmente, o deficiente ainda é uma pessoa segregada, e de certo modo não contemplada com o que a sociedade tem para oferecer de bom, construtivo ou saudável.

O fato, é que ainda existem pessoas que têm idéias preconceituosas sobre o excepcional. Os indivíduos com problemas mentais costumam enfrentar uma barreira de preconceitos, antes de poder mostrar quem são e o que podem fazer. "Normalmente, ninguém gosta de admitir que tem o hábito de julgar pela imagem" (Louzas, 1990). As pessoas com

algum tipo de deficiência, parecem ser boas testemunhas disso.

Essa situação, talvez provenha da falta de informações e conhecimento do potencial desses indivíduos.

No entanto, existem pessoas com coragem suficiente para enfrentar o problema e para ajudar os indivíduos excepcionais, a desenvolverem suas capacidades e suas potencialidades.

É claro que o próprio deficiente também sofre com suas limitações, sejam elas físicas ou emocionais. Cabe então, aos familiares, aos amigos e profissionais auxiliarem no desenvolvimento do potencial que cada um possui, bem como, revelar, descobrir, trazer a tona, demonstrar e consolidar o lado positivo, saudável, construtivo desses indivíduos. Glat (1984), diz que "partindo do princípio que o indivíduo deficiente é capaz de adquirir um repertório de comportamento que lhe é ensinado, podemos concordar também que é válido investir e empenhar-se em sua educação, tornando-a relevante a ele mesmo, bem como à sociedade a qual pertence. O objetivo primordial deverá ser o de prepará-lo, de fato, para integrar-se e viver nesta sociedade. Isto significa que a sua educação é válida quando permite integrá-lo social, emocional e profissionalmente na mesma".

Aos deficientes, deve ser oferecida uma educação que possibilite a eles uma maior independência e integração na sociedade, como por exemplo, como conversar; saber comportar-se socialmente; como alimentar-se; vestir-se

sozinho; escrever o nome; como usar o banheiro e vários outros comportamentos do dia a dia.

A força do hábito é poderosa no indivíduo deficiente mental. Uma vez ensinado a se comportar de certa maneira frente a certas pessoas ou certas situações, ele dificilmente abandonará o comportamento fortemente fixado (Brauner, 1972).

Para qualquer indivíduo, os pais são os professores mais importantes. Mesmo que o indivíduo excepcional esteja recebendo ajuda de especialistas, estes não podem tomar o seu lugar, porque não têm o relacionamento que os pais têm com seus filhos.

Na opinião de Mantoan (1989) "ao considerar o deficiente mental a partir do que ele é capaz de ser, de fazer, de enfrentar, de assumir como pessoa, revelam-se a todos nós e a eles próprios, possibilidades que se escondiam, que não lhe eram creditadas, por falta de oportunidades". Sendo assim, é dever de todos estimular o indivíduo deficiente, a fim de que afluam as suas potencialidades.

### **2.3. A sexualidade do Indivíduo Deficiente Mental.**

A sexualidade do deficiente mental é um assunto preocupante a todos aqueles que lidam com excepcionais, mas, que até algum tempo não era abordado.

A sexualidade parece ser a área que mais gera conflitos e no entanto não se pode fugir dela.

Segundo Rodrigues *et al* (1993), "devemos entender a sexualidade como um constitutivo básico ao ser humano que se integra na personalidade madura e responsável".

É importante, que o indivíduo, seja ele normal ou excepcional, tenha uma higiene física ou mental, a fim de que possa desenvolver conhecimentos, atitudes e práticas adequadas a manutenção e promoção da saúde. É também importante que o jovem excepcional, tenha informações sobre sexo, pois o exercício da sexualidade é uma das áreas que mais geram dúvidas e problemas, tanto para os adolescentes considerados normais quanto para o adolescente excepcional.

"A educação sexual é um dos aspectos da educação integral e é tarefa de difícil execução, tanto na vida prática doméstica como na vida escolar. Isso ocorre porque no lar e na escola ainda não se faz um trabalho de assistência preventiva, ou seja, o indivíduo não é preparado desde os primeiros anos para os fatos normais da vida, através de uma atitude natural em face do que se refere ao corpo humano, suas partes e funções" (Braga, 1985).

Não parece viável imaginar que a família abra mão do privilégio de interferir decisivamente na educação sexual dos filhos excepcionais. "É da interação entre a escola e a comunidade, que se deve esperar um ponto de equilíbrio produtivo" (MIELNIK, 1980).



Mielnik (1980), entende "educação sexual", como aquela "educação dada pelos pais aos filhos, numa idade em que os mesmos absorvem instintivamente atitudes, gestos e idéias, incorporando-os ao arsenal de padrões psíquicos. Essas atitudes, gestos, vivências e idéias, preconceitos e superstições serão utilizados, correta ou incorretamente, na tentativa de ajustamento psicosexual e emocional do adolescente e mais tarde do adulto também. Denomina-se como "orientação sexual", os esclarecimentos, noções e orientações dadas deliberadamente e intencionalmente à criança por outras pessoas, além dos pais".

A curiosidade sobre a vida sexual é experimentada por todo indivíduo, e deve ser atendida honestamente e nunca com mentiras e insinuações que deturpem a realidade. É perigoso negar explicações adequadas à sua capacidade de compreensão, uma vez que as proibições, mentiras e mistérios sobre o assunto só servem para estimular a curiosidade, levando a pessoa a procurar fora de casa os esclarecimentos que os pais se negam a dar. Entende-se que a necessidade de informações é ainda mais pronunciada, quando se trata de pessoas que por limitações intelectuais, têm uma dificuldade maior na assimilação de informações, na compreensão das implicações das conseqüências envolvidas e na aquisição de auto-controle com responsabilidade.

As informações sobre a vida sexual recebidas fora do lar podem ter efeitos indesejáveis nas crianças e adolescentes, pois geralmente são fornecidas por pessoas mal esclarecidas, maliciosas e sem condições para transmitir os

conhecimentos necessários à formação de uma vida sexual sadia (BRAGA, 1985). Observa-se que é na adolescência, que esta educação torna-se mais necessária, pois, é caracterizado como um período de profundas transformações tanto anatômicas como funcionais e também psíquicas e sociais.

Esses conhecimentos podem e devem ser dados de maneira simples e objetiva tanto aos indivíduos comuns quanto aos excepcionais, sempre que demonstrarem curiosidade, pois só desta maneira poderão rebater os falsos conceitos e encarar com naturalidade a sexualidade humana.

Numa pesquisa realizada por McCabe (1993) na Austrália, foram avaliados dados relativos ao conhecimento sexual, necessidades e experiências de pessoas com retardo mental, bem como atitudes dos pais e responsáveis. Os resultados sugerem que os indivíduos com retardo mental, têm uma necessidade de conhecimento sexual, que tem ocorrido, em parte, por causa do grande número de atitudes negativas dos pais e responsáveis sobre a sexualidade desses indivíduos. Segundo o autor, a sexualidade deles é ignorada ou percebida como um problema. Os programas de educação sexual disponíveis, estão geralmente preocupados em fornecer informações sobre uma gama de assuntos limitados, destituídos de uma prévia avaliação das reais necessidades desses indivíduos, ou da seriedade, realidade ou afetividade das mesmas. A educação sexual adequada deve ser ministrada com o objetivo de proteger os direitos dessa população.

Segundo Lipp (1986) "...se o indivíduo for capaz de compreender, mesmo que só superficialmente, deve-se

incluir informações sobre fatores de anatomia e biologia, mas o mais importante na educação sexual de indivíduos excepcionais, é que esta educação, faça com que o indivíduo aceite a sua sexualidade de modo natural e não se sinta culpado por suas emoções". A mesma autora diz que os indivíduos excepcionais, embora dependentes de terceiros em certos aspectos, são seres sexuais, como todos os demais e portadores de desejos, emoções, impulsos sexuais, movidos por atrações sexuais, etc. Portanto, não é possível negar informações sobre sexo a um deficiente. É importante que indivíduos excepcionais e suas famílias se preparem desde cedo para tomarem decisões sobre assuntos como contraceptivos, gravidez, maternidade/paternidade, doenças transmissíveis, etc.

Num estudo realizado por Huntley & Benner (1993), técnicas específicas para se ministrar educação sexual sistemática e aconselhamento foram identificadas por grupos de apoio aos adultos e adolescentes com retardo mental. Através do uso de processo estruturado de entrevistas, foram obtidas opiniões de profissionais de 16 grupos. Com base nas entrevistas e em uma completa revisão da literatura relatada, foram feitas recomendações direcionadas ao desenvolvimento da habilidade dos profissionais em ministrar educação sexual sistemática e aconselhamento para indivíduos com retardo mental. Neste trabalho, foram apresentadas sugestões para estudos futuros.

Em 1989/1990, foi realizada uma pesquisa em Stockholm e Tokyo com pais e professores de jovens com deficiência mental. Estes, receberam questionários sobre

prática de saúde e atitudes direcionadas à saúde e educação sexual. Os resultados, segundo Katoda (1993), indicaram que, comparados aos pais e professores de Tokyo, os pais e professores de Stockholm, deram mais informações sobre saúde e sexo aos seus jovens de 15 e 16 anos com deficiência mental. Isto, foi especialmente com relação a informações sobre HIV/AIDS . Mais pais e professores em Stockholm também tiveram atitudes positivas relativamente a sexo e relações interpessoais, comparados aos pais e professores em Tokyo.

Os indivíduos excepcionais são deficientes apenas na área intelectual e em alguns casos, na área sensório-motora. No entanto, os impulsos sexuais não diferem dos de qualquer indivíduo comum. Isso mostra que sexualidade independe da deficiência seja ela mental, física ou sensorial. É comum, no trabalho com a sexualidade dos deficientes mentais, nos depararmos freqüentemente com uma série de dificuldades, tais como: inibição da expressão do desejo erótico, no dar e receber prazer, nas interações afetivas, etc. Por outro lado, é errôneo acreditarmos que todas as manifestações sexuais dos deficientes sejam consideradas desvios sexuais algo "anormal". Ouvimos freqüentemente de pessoas que lidam com excepcionais afirmações como esta: *"Apesar de considerá-los na maioria das vezes portadores de desvios sexuais, acho que a educação sexual, pode prevenir estes desvios e dar-lhes a oportunidade de serem pessoas plenamente felizes dentro de suas limitações, mas principalmente aproveitando todas as suas potencialidades"* (LOPES, 1993).

Não é justo ignorar-se o fato de que o indivíduo excepcional é um ser sexuado, com os mesmos direitos de qualquer cidadão de se sentir atraído por outras pessoas, de querer namorar, beijar, sentir a sensação de uma carícia, etc. Isto é um fato aceitável e esperado em todo jovem. Quando se trata de cidadãos comuns, a ausência deste tipo de manifestação afetiva é motivo de preocupação. No entanto, quando se trata de adolescentes deficientes mentais, parece que o que se espera é que tal indivíduo seja além de deficiente mental, físico ou sensorial, também o seja na área sexual. Assim sendo, seria uma preocupação a menos para os pais e educadores, que não precisariam de ensiná-lo a comportar-se adequadamente em relação aos seus desejos e impulsos sexuais.

Quantos pais pretendem que não exista a sexualidade e, então, se surpreendem quando ela não desaparece. Quantos prefeririam que os deficientes mentais, fossem também deficientes em impulsos sexuais. Mas, segundo Lipp (1986), "os deficientes mentais, têm impulsos sexuais, não maiores ou menores do que as pessoas normais, mas igual aos delas. Sexualidade, independe de deficiência, seja ela física ou mental". Na área da educação sexual, então, os indivíduos deficientes mentais, com as mesmas emoções e desejos sexuais como cidadãos comuns, mas, possuindo muito menos informações que eles, constituem, a camada da população mais vulnerável com relação à exploração sexual.

A educação sexual para crianças e jovens sempre foi um assunto encarado com receio e preocupação. Nem sempre pais e educadores estão seguros sobre a questão para

poderem responder com firmeza e naturalidade as perguntas que lhes são feitas. Para Mielnik (1980), "a educação e orientação sexual, continuarão na dependência do ambiente familiar, escolar e social do indivíduo excepcional. Aos pais, professores e responsáveis, caberá a parcela maior de responsabilidade em estruturar uma personalidade com menos dificuldades na área social".

Como acentuam corretamente RIVLIN & SCHUELER, citado por Mielnik (1975), cabe aos pais, através da educação sexual que proporcionam ao filhos, cuidar para que desenvolvam atitudes socialmente adequadas e ajustadas no que diz respeito ao setor sexual. A educação sexual objetiva os esforços desenvolvidos pelos pais no sentido de conduzirem o indivíduo, para uma perspectiva equilibrada e socialmente integrada no referente aos problemas sexuais que tiver que enfrentar.

Numa pesquisa realizada por Ousley & Mesibov (1991), com indivíduos portadores de alto grau de autismo e com indivíduos com retardo mental moderado sem autismo, através de entrevistas à respeito de sexualidade e namoro, foram avaliados, por uma lista de vocabulário sobre sexualidade e questionário de múltipla escolha, o conhecimento sexual e interesse pelo assunto. Foram encontradas diferenças entre os dois grupos, sendo que os indivíduos com retardo mental, mostraram-se mais experientes com relação a temas sexuais, mas não em conhecimento ou interesse.

O estudo de Katada *et al* (1990), teve como propósito, reportar os resultados de um questionário que foi

distribuído a 600 enfermeiras escolares que trabalham com alunos com e sem deficiência mental no Japão e Suécia, que aborda temas relativos à educação e saúde incluindo sexualidade e relações interpessoais. Os principais resultados da pesquisa, estão direcionados para as diferenças entre as opiniões de enfermeiras escolares do Japão e da Suécia. De todas as enfermeiras escolares japonesas, pequena quantidade, comparada com a maioria das enfermeiras suecas, ensinam sobre sexo e relações interpessoais além de ensinarem sobre a saúde. Parece que as tradições de cada país influenciam em ensinar ou não temas como o da sexualidade para indivíduos excepcionais.

Mielnik (1980), confirma que os indivíduos deficientes mentais, estão arriscados, no que tange ao sexo, a serem vítimas de outros indivíduos deficientes ou não, dada sua incapacidade de compreensão e defesa. "Necessitam, pois de intensa e contínua vigilância, por parte dos responsáveis, tanto as meninas, vítimas de sedução e estupro, como os meninos, vítimas de homossexuais. Esses indivíduos, devem ser objeto de orientação dos professores em conjunto com os pais. E não há dúvidas de que aqueles que recebem uma educação sexual esclarecida e liberal, dispõem de mais recursos para o escoamento normal de suas energias sexuais, sublimando-as com maior desembaraço do que os outros que podem tornar-se obcecados com os problemas sexuais.

Para Lipp (1986), quanto mais se considera a frequência com que os deficientes mentais são explorados sexualmente, mais urgente se torna a sua educação sexual.

Segundo Neto (1993), o abuso sexual e o incesto não são tabus. O verdadeiro tabu é falar sobre estes temas. Numa pesquisa, Lundervold & Young (1992), utilizaram-se da metodologia de descrição de caso, para a obtenção de taxas de tratamento aceitáveis para agressores sexuais retardados mentais e pessoas "normais" (sobre 3 tipos de agressões: masturbação, estupro e corrupção de menores). Para ambos os grupos de diagnose, o treinamento social de habilidades sexuais foi o treinamento mais aceitável.

Num estudo realizado por Haseltine & Miltenberger (1990), foi avaliado um curriculum para ensinar habilidades de auto proteção para indivíduos deficientes mentais. Dentre outras instruções, foram avaliadas habilidades em responderem quanto à situações de abuso sexual. As limitações do estudo, foram discutidas e foram sugeridas direções de futuras pesquisas.

Mantoan (1989) acredita que através de uma situação educacional adequada, em que o sujeito interaja com o meio e resolva por si mesmo os conflitos nele instaurados, o indivíduo deficiente mental torne-se capaz, do mesmo modo que o indivíduo normal, de objetivar seus conhecimentos, ressalvadas, evidentemente, as limitações impostas pela sua condição excepcional.

"Se pudermos apresentar aos jovens excepcionais, os fatos biológicos da gravidez e do parto, com honestidade e pureza, como processos que não devem causar temor ou preocupações, e ministrar-lhes a educação sexual como um assunto de magna importância para os futuros pais, uma experiência que exige paciência, responsabilidade,



amor e respeito, teremos alcançado os fins essenciais da educação sexual para jovens excepcionais.

A escola, pode e deve funcionar, neste sentido, como fonte de informações, evitando que os indivíduos vão buscá-las em fontes menos puras, desiludidas ou indiferentes às condições psicoemocionais dos excepcionais" (Mielnik, 1980). Após aprenderem os fatos básicos biológicos, o passo seguinte, torna-se o aprendizado dos fatos relativos à biologia humana. Teríamos então, que ensinar a biologia humana, analisando os diversos aparelhos, incluindo os sexuais. As aulas, seriam ministradas por médicos de preferência, e que contenha conhecimentos de psicologia e higiene mental, além da biologia.

Silva (1983, 968) diz que "...o fato é que nenhum de nós (ou quase nenhum) foi educado para lidar abertamente com sexo. Bem ao contrário, fomos feitos para sentir e silenciar. Mas os tempos mudaram, e mudaram rápido".

Segundo Lopes (1993), sabemos que o assunto sexo, em ambos, "eficientes ou deficientes", se faz revestido de preconceitos, tabus e repressões. A permissividade, é muito difícil para quem foi criado dentro de uma estrutura preconceituosa como a nossa; então atuamos proibindo as manifestações sexuais, principalmente as relacionadas com os deficientes.

Vitiello (1992), ressalta que o fato dos pais terem pertencido a outra geração, com outro ponto de vista sobre os problemas e conflitos existentes nos dias de hoje, merecem especial atenção no que concerne à educação da

sexualidade. Num estudo na Irlanda, realizado por Tooney (1993), sobre sexualidade e deficiência mental, reconheceu-se a importância do crescimento da educação sexual para integração dos jovens excepcionais de forma sadia. Segundo dados do autor, atitudes relativas ao envolvimento, são prova de interesse particular e fatores influenciando a continuidade e descontinuidade são identificados. É notada uma falha em reconhecer a sexualidade como uma fonte de pesquisa na avaliação do sucesso da integração de esforços e tal pesquisa é recomendada como prioridade principal para estudos futuros.

Conversar com o jovem parece não ser tarefa fácil para os adultos. Conversar sobre sexualidade com o jovem parece ser mais difícil ainda, uma vez que o assunto sempre tem sido encarado com pouca naturalidade, de modo preconceituoso e malicioso. Como será então, conversar sobre sexualidade com o jovem deficiente mental, já que o mesmo tem como característica a lentidão para raciocinar, compreender, abstrair idéias e responder de modo conveniente e socialmente adequado? De que modo está sendo tratado o assunto entre pais e filhos deficientes mentais? E nas escolas, como estarão sendo abordadas as questões da sexualidade destes alunos?

Estas são questões que devem ser esclarecidas, para que possam ser alvo de estudo e discussão por parte dos estudiosos e pesquisadores, que são responsáveis por gerar conhecimento.

"Atualmente, mais do que nunca, a questão de como orientar sexualmente as crianças se apresenta aos pais

como um setor cheio de dificuldades e constrangimentos, situações essas que divergem de caso por caso, e necessitam todas uma diretriz geral que possa com as devidas modificações, ser utilizada pelos pais e responsáveis pela orientação sexual infantil" (Mielnik, 1975).

Aliás, não são apenas os pais. Atualmente, além da família, muitas outras pessoas se interessam e intervêm nos esclarecimentos sexuais das crianças. São professores, orientadores educacionais, médicos, diretores de colégios, assistentes sociais, todos enfim que, lidando com crianças de todas as idades e com jovens de 11 a 18 anos, sentem o problema, enfrentam as dificuldades e são coagidos a resolver as situações criadas.

A orientação sexual deixou de ser tarefa apenas dos pais. Tornou-se função acessória daqueles que estão em contato com a criança, lidam com ela diariamente e frequentemente desenvolvem relações humanas mais íntimas do que os próprios pais. Por se tratar de um tema valioso, que é de extrema importância para a compreensão do homem e de sua saúde, a sexualidade, vem tornando-se progressivamente, assunto imprescindível a ser discutido em todas as suas formas e livre de qualquer preconceito.

Para Mielnik, ainda vê-se com freqüência, pais que desleixaram na educação sexual da criança, insistirem com os professores acerca da responsabilidade da escola no preparo sexual. Por outro lado, encontram-se professores completamente tolhidos ou tímidos, inteiramente inaptos para essa função, negligenciando esplêndidas

oportunidades de fornecerem esclarecimentos sexuais aos alunos.

Muitas vezes, os pais e professores, encaram esse setor educacional com reservas ou nele encontrando dificuldades, procurando adiar ou contornar suas obrigações para com o indivíduo excepcional. "Não custa nada lembrar que o indivíduo portador de alguma deficiência é antes de tudo um ser humano e, como tal, repleto de sentimentos, desejos, angústias e sensações. Observamos que se por um lado a sociedade caminha lentamente em direção a uma compreensão e aceitação do excepcional, isto não se verifica quando se trata de sua sexualidade. Geralmente, esta é vista com um carga de preconceitos muito grande, e existe uma tentativa para ignorar a sexualidade do excepcional" (LOPES, 1993). Neste momento, em que se fala em educação sexual no país, não podemos esquecer esta parcela de pessoas marginalizadas. Se não permitimos ou até mesmo dificultamos seu ingresso no mercado de trabalho, não podemos de forma nenhuma, negar-lhes o direito a afeições, ao amor, enfim, à vida, que é o verdadeiro conceito de sexualidade.

Lindsay *et al* (1992), dizem que embora os programas de educação sexual sejam programados para serem úteis ao ensino de pessoas com inabilidade intelectual, há uma pequena evidência de que o material ensinado é retido pelos clientes. A pesquisa da autora, revela que 45 assuntos foram avaliados no nível do conhecimento sexual deles em sete áreas: partes do corpo, masturbação, puberdade masculina e feminina, relação sexual, gravidez, parto e controle da natalidade, além de doenças sexualmente

transmissíveis (DST). Esses assuntos foram retestados após um tempo de programa de educação sexual e testados novamente após um outro período. Concluiu-se que houve aumento significativo e substancial do conhecimento sexual em todas as áreas para o grupo experimental, enquanto que o grupo de controle, não mostrou aumento correspondente de conhecimento. Dentro de um processo de aprendizagem, pode haver canalização desta energia sexual de uma forma sadia e natural. "Tenho consciência das dificuldades de um trabalho de educação sexual para os deficientes, mas, tenho certeza de que se deve começar por nós, profissionais de ajuda, e depois estender à família e instituições. No mínimo, devemos estar bem conosco, com nossas deficiências, para podermos então, lidar com as coisas do ajudado, sem nos assustarmos com elas" (MIELNIK, 1980).

O trabalho realizado por Mello *et al* (1989), tem como um dos objetivos, chamar a atenção dos profissionais que desenvolvem estudos com deficientes mentais para que se preocupem com a educação e orientação em sexualidade daqueles deficientes e de seus familiares, pois, como qualquer ser humano, o deficiente mental, tem um desenvolvimento fisiológico normal; sua incapacidade mental não afeta a maturidade fisiológica sexual. O estudo, revela que o relacionamento entre pais e deficientes mentais é deficiente, isto, devido a falta de informações sobre as deficiências e capacidades desses adolescentes e, principalmente pelos sentimentos de culpa destes pais, por terem tais filhos nestas condições.

## **2.4. Objetivos**

O objetivo deste estudo foi o de saber a opinião de pais e professores dos indivíduos portadores de deficiência mental, da cidade de Uberlândia - MG, à respeito da educação para a sexualidade; como é que lidam com este assunto e de que modo a educação sexual é abordada tanto na escola quanto no lar dos jovens deficientes mentais.

### **3. MÉTODO**

#### **3.1. Sujeitos**

Participaram dessa pesquisa 20 sujeitos), sendo 10 professores e 10 pais de jovens excepcionais. Os pais, foram escolhidos segundo o critério da idade de seu filho excepcional, que deveria estar na faixa etária de 8 a 18 anos. Estes sujeitos, eram de nível sócio econômico baixo a médio, do sexo feminino, portanto "mães". A faixa etária é de 30 (trinta) a 55 (cinquenta e cinco) anos, e estado civil, variando entre, separada, viúva e casada. Com relação á escolaridade, 5 (cinco) dessas mães, sabiam apenas escrever o próprio nome, tendo dificuldades com a escrita e com a leitura.

Os professores, sujeitos da pesquisa, foram escolhidos dentre aqueles que ministravam aulas para alunos excepcionais na faixa etária compreendida entre os 8 e 18 anos. Estes sujeitos . eram de nível sócio econômico baixo a

médio, do sexo feminino. A faixa de idade variou de 19 (dezenove) e 27 (vinte e sete) anos, e estado civil, variou entre, solteira e casada. Com relação à escolaridade, alguns dos sujeitos eram formados no magistério, enquanto que outros, cursavam o nível superior.

### **3.2 Instrumentos:**

Foram elaborados 2 (dois) questionários, sendo um dirigido aos pais e o outro, aos professores, cada um contendo 10 (dez) questões abordando temas sobre sexualidade, concepção, métodos contraceptivos, educação e orientação sexual, sendo que parte delas, eram questões de marcar ( x ) e o restante, questões, onde os sujeitos puderam escrever suas respostas.

### **3.3 Procedimento de coleta de dados:**

Os questionários foram aplicados aos sujeitos na própria escola onde os jovens excepcionais estudam, "APAE" (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), de acordo com a conveniência dos sujeitos e pesquisador.

Os primeiros contatos com os professores e pais, foram feitos pela assistente social da escola, a qual emitiu convites escritos aos pais, e quanto aos professores, o convite foi feito verbalmente. Num primeiro momento, foram



feitos contatos com os sujeitos, para posteriormente serem marcados encontros para a aplicação dos questionários.

Esses encontros foram marcados segundo a conveniência do pesquisador e dos sujeitos. Os encontros, foram todos na própria escola, pois, não é permitido fornecer o endereço dos pais que possuem filho(s) nesta instituição.

Inicialmente, os encontros com os sujeitos, foram combinados na parte da manhã, mas, nem todos os pais contactados puderam comparecer. Assim sendo, a aplicação dos questionários teve de ser feita durante vários encontros, de modo que todos os 20 (vinte) Ss. pudessem ter a oportunidade desejável para responder ao instrumento.

Quanto aos professores, todos tiveram que deixar sua sala de aula por algum tempo, enquanto que uma outra pessoa, permanecia durante esse tempo substituindo-o na sala de aula, até que o professor respondesse ao questionário e retornasse à sala.

A sala destinada a esses encontros, era localizada próxima às salas de aula, em local limpo, arejado, espaçoso, enfim, com condições adequadas para uma conversa de caráter privado. Em alguns casos, os sujeitos faziam algumas perguntas, esclareciam dúvidas que tinham e ainda faziam comentários à respeito do aluno ou filho, baseando-se nas questões.

Em outros casos, quando a mãe tinha dificuldades em ler e escrever, a pesquisadora então lia em voz alta cada questão e posteriormente escrevia a resposta dada, seguindo fielmente as mesmas palavras usadas, só que

em pronúncia correta quando era o caso. Muitas vezes o sujeito demonstrou necessidade de alongar a conversa para falar além do que era pedido.

Os encontros duraram em média 15 minutos cada um, sendo que, em cada dia, era pesquisado dois ou três sujeitos, evitando-se assim, que muitos Ss. ficassem fora de suas ocupações rotineiras.

#### 4 - RESULTADOS

A apresentação dos dos resultados foi organizada da seguinte forma: inicialmente, são apresentados os dados, em porcentagens, dos questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa, seguindo-se das relativas descrições contidas nas tabelas.

Os dados do estudo, foram analisadas do ponto de vista quantitativo, levando-se em conta as porcentagens de respostas obtidas para as referidas questões, bem como do ponto de vista qualitativo, onde foi apreciado o conteúdo das opiniões dos sujeitos acerca do assunto abordado.

Pela existência comum de algumas das questões nos dois questionários, a transferência dos dados destas, encontram-se em uma única tabela, mas com as informações específicas a cada sujeito.

Os dados obtidos nos questionários, fornecem alguns esclarecimentos relativo ao modo como os sujeitos se sentem e como percebem a sua tarefa de educadores.

Pelo fato de duas questões de questionários diferentes estarem em uma única tabela, os dados não seguirão o roteiro do questionário, quanto à ordem que encontram-se as questões.

Quanto à opinião dos sujeitos, sobre a quem cabe a tarefa de educar sexualmente, os dados aparecem na Tabela I.

**Tabela I** - Porcentagens de respostas dadas pelos sujeitos sobre: *a quem cabe a tarefa de educar na área da sexualidade.*

	PROFESSORES %	PAIS %
- família	100	90
- escola	60	80
- igreja	-	20
- livros/revistas	30	20
* outros	20	20

Questionados sobre a quem cabe a responsabilidade de transmitir a Educação Sexual para indivíduos portadores de deficiência mental, os sujeitos responderam da seguinte maneira: 100% das respostas dos professores indicam que a família é quem deve assumir esta tarefa, enquanto que 60% das respostas apontam a escola como responsável, sendo que a igreja na opinião dos professores não é indicada para essa tarefa. Cerca de 30% das respostas, apontam os livros e revistas e 20% indicam outros responsáveis, como por exemplo pessoas capacitadas ou especialistas na área.

Para a mesma questão, os pais, acham que é a família a responsável pela Educação Sexual em 90% das respostas. A escola vem em (2º) lugar com 80% das respostas

\* Pessoas capacitadas, especialistas na área, como por exemplo, médicos, psicólogos.

dada pelos pais. Já a igreja, recursos como livros e revistas e outros, são considerados pelos pais como os responsáveis pela tarefa da Educação Sexual em 20% das respostas.

Questionados à respeito da educação sexual dada na escola, os professores responderam da seguinte forma, conforme os dados estão na Tabela II.

**Tabela II - Porcentagens de respostas dadas pelos professores de excepcionais, com relação à participação na educação sexual dada na escola.**

<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>PROFESSORES %</b>
- aceito, mas não me disponho a participar	10
- não participo, mas dou sugestões	10
- não concorda com o programa	10
- não participo	10
- participo, lendo sobre o assunto e explicando	10
- participo e aceito o programa	50

Os dados mostram que 10% dos Ss. dizem aceitar, mas não se dispõem a participar da Educação Sexual para os excepcionais, 10% também para os itens "não participo, mas dou sugestões"; "não concordo com o programa"; "não participo" e "participo lendo sobre o assunto e explicando". E 50% das respostas dos professores, indicam que os Ss. participam e aceitam o programa.

Solicitados a responderem sobre a educação sexual para jovens excepcionais, os sujeitos emitiram várias respostas que encontram-se em categorias na tabela III.

Tabela III - Opinião de pais e professores sobre a importância da Educação Sexual para os jovens excepcionais.

CATEGORIAS	PAIS %	PROFESSORES %
- É uma necessidade	-	30
- É direito de todos	20	40
- É importante	60	10
- Orientação através de pais e professores.	10	-
- É um estímulo que desperta a curiosidade.	-	10
- Os deficientes mentais não tem noção.	-	10
- Deve ser de um modo natural	10	-
- Deve ser dado por especialistas	-	20

Através da tabela, pode-se observar que a categoria -" é uma necessidade" - não foi dada como resposta pelos pais, já 20% das respostas dadas pelos pais, acham que os filhos têm direito à Educação Sexual, e 60% das respostas, apontam a educação sexual como importante, 10% indica que a orientação sexual deve ser feita através dos pais e professores. Apenas 10% das respostas dadas pelos pais, indicam que a educação sexual deve ser de um modo natural e a questão de que a educação sexual deve ser dada por especialistas não foi citada pelos pais.



A educação sexual como "uma necessidade" é apontada em 30% das respostas dadas pelos professores, 40% das respostas indicam que os alunos têm o direito à educação sexual. 10% das respostas, que a educação sexual é importante. Já, 10% das respostas dadas, apontam que a educação sexual, funciona como um estímulo que desperta a curiosidade dos alunos nesse assunto. Também 10% das respostas dos professores, indicam que o deficiente mental não tem noção sobre sexualidade, e 20% das respostas, indicam que a educação sexual deve ser dada por especialistas.

Questionados sobre o momento ou em qual disciplina, deve ser dada a educação sexual, os professores responderam de formas diferentes, conforme Tabela IV.

**Tabela IV** - Porcentagens de respostas dadas pelos professores de excepcionais, com relação à disciplina ou momento em que se deve dar a educação sexual.

DISCIPLINA	PROFESSORES %
nas aulas de Ciências ou Biologia	20
em todas as disciplinas	30
em aula específica sobre o assunto	10
sempre que surgir oportunidade	30
deve ser trabalhada com especialistas	20

Os professores responderam assim: 20% das respostas, indicam que a educação sexual deve ser dada nas aulas de Ciências ou Biologia, 30% das respostas, indicam que em todas as disciplinas. 10%, em aula específica sobre o assunto, 30%, sempre que surgir oportunidade e 20% das respostas, apontam que a educação sexual. deve ser trabalhada com especialistas no assunto.

Quanto às dificuldades encontradas pelos sujeitos em relação à educação sexual, foram obtidas várias opiniões que encontram-se também em categorias na Tabela V.

**Tabela V** - Opinião de pais e professores sobre quais dificuldades têm em se discutir o assunto sexualidade com os filhos e alunos excepcionais respectivamente (respostas em porcentagens).

CATEGORIAS	PAIS %	PROFESSORES %
- Vergonha	20	-
- Minha educação foi rígida	20	-
- Não sabe como lidar com o assunto	-	30
- Falta de recursos disponíveis	-	10
- Desinteresse do aluno	-	10
- Não tem dificuldade	70	40
- Se possível recebe ajuda de 1 psicólogo-		10

Nota-se que 20% das respostas dadas pelos pais apontam que a vergonha constitui uma dificuldade, também com a mesma porcentagem de 20% das respostas, indicam que a dificuldade, é que viveram uma educação rígida. Já 70% das respostas, indicam que os pais não veem dificuldades em discutir o assunto sexualidade.

Pelas respostas dadas pelos professores, a vergonha e a educação rígida, não constituem dificuldade para se discutir a sexualidade. Cerca de 30% das respostas, indicam que os professores não sabem como lidar com o assunto, 10%, apontam que a falta de recursos e o

desinteresse do aluno é dada como dificuldades, 40% das respostas, indicam que os professores não têm dificuldades no assunto, e se tem, recebe ajuda de um psicólogo em 10% das respostas.

Questionados à respeito do comportamento do jovem excepcionaal, os sujeitos emitiram várias respostas, que encontram-se em categorias na tabela VI.

**Tabela VI** - Como é o comportamento do jovem deficiente mental perante a sociedade em geral, segundo a análise dos pais e dos professores (respostas em porcentagens).

CATEGORIAS	PAIS %	PROFESSORES %
- Não tem problema nenhum	50	10
- Se dá muito bem	40	30
- Comporta-se bem, às vezes é agressivo	10	-
- São ótimos	-	40
- São carentes, mas há muito respeito	-	10
- Sempre que há problemas, eu converso	-	10

Baseado nos relatos dos pais, cerca de 50% das respostas, indicam que o filho excepcional não tem problema nenhum em conviver com a sociedade em geral, 40% indicam que o filho dá-se muito bem com as demais pessoas. Apenas 10% diz que comporta-se bem e só às vezes é agressivo.

Os professores responderam da seguinte maneira: 10% das respostas apontaram que os alunos não têm problemas em envolver-se com os colegas e demais professores e funcionários. Outros 30% indicam que se dão muito bem com todos. Uma porcentagem de 40% das respostas dadas pelos professores, apontam que são ótimos; 10% das respostas diz

que são carentes, mas há respeito e que sempre quando há problemas, este se resolve com uma conversa.

Solicitadas a responderem sobre o que acham do excepcional receber orientação sexual. os pais responderam de forma variada, cujas respostas estão agrupadas em categorias na Tabela VII.

**Tabela VII** - Opiniões de pais sobre o que acham de um adolescente excepcional receber orientação sexual, as respostas foram as seguintes em porcentagem.

CATEGORIAS	PAIS %
- É um ser humano como qualquer outro	30
- É mais fácil ele entender o assunto	30
- É importante, pois são curiosos	10
- Explicar tudo para evitar problemas	20
- Para melhor portar-se perante a sociedade	10

O resultado em porcentagens dessa questão ficou da seguinte forma: 30% dos pais, acham que é importante a orientação sexual, pois o excepcional é um ser humano como qualquer outro, também 30% dos pais, disseram que é mais fácil o excepcional entender o assunto quando recebe a orientação sexual. Foram 10%, os pais que responderam que é importante, pois, são curiosos, 20% respondeu que é bom explicar tudo para evitar problemas e 10% disseram que é para melhor portar-se perante a sociedade.

Solicitados a responder em que faixa de idade deve-se começar a dar a educação sexual, os sujeitos emitiram várias respostas que encontram-se na Tabela VIII.

**Tabela VIII** - Opinião de pais e professores em porcentagem à respeito da idade ou momento em que deve ser dada a orientação sexual para os indivíduos deficientes mentais.

IDADE	PAIS %	PROFESSORES %
- 7 a 12 anos	40	60
- 12 a 18 anos	30	20
- 18 anos em diante	10	-
- desde pequeno	10	-
- desde o momento em que surgem as perguntas	10	20

Vê-se que a maioria das respostas dadas (40%) pelos pais, indicam a faixa etária compreendida entre 7 e 12 anos para ser dada a orientação sexual, 30% de respostas, obteve a idade que vai dos 12 aos 18 anos e 10% apontam a idade que vai dos 18 anos em diante. Também 10% de respostas, para o item "desde pequeno" e com a mesma porcentagem de 10%, os pais responderam que "a orientação sexual, deve ser dada desde o momento em que surgirem as perguntas". Os professores responderam da seguinte maneira: 60% disseram que a idade para ser dada a orientação sexual deve ser entre 7 e 12 anos, 20% das respostas dos professores, indicam que a idade deva estar entre 12 e 18



anos. Os outros 20% das respostas apontaram que o momento ideal para ser dada a orientação é quando surgem as perguntas.

A Tabela IX, mostra em categorias, os procedimentos que os sujeitos tomariam, caso uma filha ou aluna viesse a engravidar.

Tabela IX - Opinião de pais e professores a respeito do procedimento caso uma filha ou uma aluna respectivamente viesse a engravidar (respostas em porcentagens).

CATEGORIAS	PAIS %	PROFESSORES %
- Orientar e apoiar	40	40
- Conversar	-	10
- Ajudar no que for possível	40	20
- Encaminhar a um profissional	-	10
- Ajudar e procurar profissional	10	10
- O problema é só dos pais	-	10
- Assustaria com o fato	10	-
- Não sabe o que fazer	-	10
- Um excepcional não pode ter filhos	10	-

Questionados sobre o procedimento que teriam caso ocorresse uma gravidez de uma filha ou aluna, os resultados foram os seguintes: 40% das respostas dadas pelos pais, indicam que orientaria e apoiaria a jovem. Outros 40%, indicam que ajudaria no que fosse possível, e 10% dos pais dos pais ajudaria e procuraria um profissional. Outros 10% das respostas apontam que os pais se assustariam com o fato e 10% das respostas indicam que o indivíduo excepcional não pode ter filhos. As respostas dos professores foram as

seguintes: 40% apontam o item orientar e apoiar como procedimento que adotaria, 10% indicam que conversariam, 20% das respostas, indicam que os professores ajudariam no que fosse possível, 10% encaminhariam a um profissional e também 10% das respostas para os itens: ajudaria e procuraria um profissional e o problema só cabe aos pais. Outros 10% indicam que não saberiam o que fazer.

Ainda sobre o procedimento que os sujeitos tomariam, caso o filho ou aluno excepcional engravidasse uma garota, as respostas em categorias estão na Tabela X.

**Tabela X** - Qual seria o procedimento de pais e professores frente ao fato do filho excepcional ou aluno também excepcional ter engravidado uma garota (respostas em porcentagens).

CATEGORIAS	PAIS %	PROFESSORES %
- Conversar com o deficiente mental	-	10
- Procedimento normal (natural)	10	20
- Orientar	10	30
- Ajudar, conversar	20	-
- Encaminhar para um profissional	10	10
- Orientar com a ajuda da família e de profissionais	-	10
- O problema é só dos pais	-	10
- Não sabe o que fazer	-	10
- Orientar os dois (menino/menina)	10	-
- Ajudar no que for possível	40	-

De acordo com a tabela, as respostas dos sujeitos foram as seguintes: 10% indicam que teriam um procedimento normal (natural), 10% indicam que os pais orientariam o jovem excepcional, 20% das respostas, apontam que os pais ajudariam e conversariam com o jovem excepcional; 10% encaminhariam o jovem a um profissional.

Outros 10% das respostas, indicam que os pais orientariam tanto o jovem quanto a jovem excepcional e 40% indicam que ajudariam no que fosse possível. Para a mesma questão, os professores responderam da seguinte forma: 10% das respostas indicam que conversariam com o deficiente mental, 20% apontam que teriam um procedimento natural frente ao fato, 30% indica que orientariam o jovem excepcional, o item ajudar e conversar não foi resposta de nenhum professor, mas em 10% das respostas, os professores encaminhariam para um profissional. Os itens: orientar com a ajuda da família e dos professores, o problema ser só dos pais e não saber o que fazer, tiveram cada um 10% das respostas dadas pelos professores.

Solicitados a responderem se aconselhariam ou não e por que o uso de meios anticoncepcionais aos filhos excepcionais, os Ss. responderam conforme mostra a Tabela XI.

**Tabela XI - Opinião dos pais em aconselhar ou não o filho(a) a fazer uso de meios anticoncepcionais (em porcentagens).**

	PAIS %
Sim	80
Não	20

POR QUE? (SIM)	TOTAL %
- Para evitar gravidez inoportuna (indesejada, inesperada)	70
- Porque não podem ter filhos, pois não são normais.	10

POR QUE? (NAO)	TOTAL %
- Não iria resolver	10
- Acho pecado	10

Quanto a esta questão, os pais mostraram-se favoráveis em 80% no que diz respeito ao uso de meios anticoncepcionais. Apenas 20% não concordam que seus filhos usem meios anticoncepcionais.

Dos 80% que responderam *sim*, alegaram os seguintes motivos: 70% responderam que é para evitar uma gravidez indesejada e apenas 10%, porque não podem ter filhos, pois não são normais. E o restante 20% que responderam *não*, foi pelos seguintes motivos: 10% das respostas, disseram que não iria resolver e 10% responderam que acha pecado o uso de meios anticoncepcionais.

Em seguida, questionou-se aos pais se são a favor ou contra o casamento entre indivíduos excepcionais, esses dados, encontram-se na Tabela XII.

**Tabela XII - Porcentagem dos pais que são a favor e contra o casamento entre indivíduos excepcionais.**

	TOTAL %
Sim	60
Não	40

POR QUE? (SIM)	TOTAL %
- Porque sabem o que estão fazendo	10
- Eles têm direito	40
- Não tem problema nenhum	10

POR QUE? (NAO)	TOTAL %
- Não daria certo	20
- Para não terem mais problemas	10
- Não veem capacidade de terem familia	10

O resultado foi o seguinte: 60% são a favor e 40% não são a favor desse casamento. Os pais que responderam *sim*, foi pelos seguintes motivos: 10% dos pais, acham que eles sabem o que estão fazendo, 40% dos pais disseram que eles têm esse direito e 10% responderam que não tem problema nenhum o casamento entre jovem excepcionais.



Os pais que responderam *não*, foi pelos seguintes motivos: 20% dos pais, responderam que não daria certo esse casamento. 10% são contra, porque não querem que venham mais problemas e também 10% dos pais responderam que não são a favor, porque ele não têm capacidade de terem família.

E finalmente, questionados sobre as sugestões que teriam a respeito do assunto (educação sexual para o excepcional), os sujeitos responderam conforme dados da Tabela XIII.

**Tabela XIII - Porcentagens de sugestões feitas pelos sujeitos pais e professores, a respeito do assunto: sexualidade do excepcional.**

SUGESTÕES	TOTAL %
- Orientar certo para não aprender errado na rua	20
- Que todos os indivíduos deficientes mentais fossem orientados	20
- Que a orientação seja feita por pais e professores	10
- Tratar o assunto de forma natural	10
- Orientar o homem para que respeite a mulher	10
- Deveria haver pessoa especializada	60
- Educação sexual também para os pais e professores	10

Esta tabela, nos mostra em porcentagem as sugestões que mais foram feitas pelos sujeitos da pesquisa. São elas: 20% das sugestões indicam que deve-se orientar certo o jovem excepcional para não aprender coisas erradas na rua, 20% das respostas sugerem que todos os indivíduos deficientes mentais sejam orientados sobre sexualidade. Que a orientação seja feita por pais e professores foi sugerida em 10% das respostas, 10% das sugestões indicam que o assunto deve ser tratado de forma natural e também 10% das sugestões que deve-se orientar o homem para que ele respeite a mulher. A maioria, 60% das sugestões, indica que deveria haver pessoa especializada no assunto e finalizando, 10% das

sugestões dadas pelos sujeitos, apontam que a educação sexual também deve ser dada aos pais e professores.

## 5 - DISCUSSÃO

Quando comparados, os sujeitos, pais e professores dos jovens excepcionais, vê-se que o conteúdo das respostas diferenciam-se. Algumas características que poderiam acentuar essa diferença, seriam: nível sócio econômico, estado civil, idade, parentesco com o indivíduo excepcional, nível sócio cultural e escolaridade dos sujeitos em questão. Possivelmente, estas características poderiam estar influenciando o modo como cada um deles sente e percebe a sua tarefa de educar os jovens excepcionais, e possivelmente, decorrem das contingências da vida envolvendo a relação excepcional e educador.

Os dados mostram que a opinião destes sujeitos, á respeito de suas tarefas de educar o indivíduo deficiente mental, parece não diferir de outros responsáveis, conforme relatos feitos no capítulo introdutório, pelo menos no que se refere à educação do indivíduo deficiente mental. No entanto, existem

características típicas a cada população, que merecem ser examinadas em estudos futuros.

As dificuldades citadas pelos sujeitos deste estudo na tarefa da educação sexual para os indivíduos excepcionais estão relacionadas em "como", "quando", "onde" e "por quem" deve ser dada essa orientação sexual. No entanto, observa-se que um número considerável de pais, têm a intenção de assumir conscientemente a tarefa de instruir sexualmente os filhos, procurando incluir a conduta sexual e as explicações como parte da educação geral dos jovens excepcionais.

Os dados, mostraram que a maioria dos Ss, aponta a família como sendo a responsável pela tarefa de educar sexualmente o indivíduo excepcional. O fato dos sujeitos serem pessoas que têm um contato afetivo com os excepcionais, leva a supor que isto seja responsável pelo índice alto de respostas que apontam a família como responsável por essa tarefa. Mas, será que todos os pais estão aptos a desempenharem tal tarefa? Muitos, não possuem a técnica ou os conhecimentos necessários, e ainda os cuidados pedagógicos de um professor. As vezes, quando possuem algum conhecimento específico, sentem-se envergonhados em falar no assunto com os filhos. Por isso, seria viável que os pais, professores e responsáveis pelo jovem excepcional fossem esclarecidos a respeito do desenvolvimento psico-sexual dos indivíduos. Através de encontros e conversas entre pais, professores e especialistas, pode-se fazer esse esclarecimento que possivelmente auxiliará na compreensão que se tem do

desenvolvimento sexual sadio do excepcional. Deste modo, as idéias ensinadas em casa, poderão ser reforçadas na escola.

Verificou-se que alguns professores, não se dispõem a participar da educação sexual dos excepcionais na escola, enquanto que, a maioria, se dispõe à participar dessa tarefa na escola. Não se sabe ao certo os verdadeiros motivos que levam os professores a não se disporem a participar dessa tarefa. Talvez, a falta de recursos disponíveis, seja motivo suficiente para explicar a atitude de alguns dos professores. Mas será esse o motivo? E quanto aqueles que se dispõem a participar, os recursos existentes na escola são suficientes? Ou estes possuem mais técnica como educadores?

Vê-se que tanto os pais, quanto os professores, reconhecem a importância da educação sexual para os jovens excepcionais, embora a forma de manifestarem essa importância, seja diferente, confirmando a opinião de Mielnik (1980), "os pais, não devem faltar com a verdade, ao ensinarem os filhos sobre sexo, sob pena e risco de se verem desprestigiados e perderem a confiança dos filhos, quando estes se defrontarem com a irrecorrível verdade dos fatos".

Os dados nos mostraram que os responsáveis pelo indivíduo excepcional reconhecem a importância da educação sexual para deficientes mentais e isso é desejável uma vez que indivíduos excepcionais constituem camada da população mais vulnerável em relação à exploração sexual, uma vez que possuem pouca informação sobre a vida sexual e no entanto, são possuidores de impulsos e desejos sexuais normais e saudáveis.

Os pais que não se interessam pela educação e orientação sexual dos filhos, deveriam considerar que, assim fazendo, estarão deixando os filhos a mercê de outros indivíduos mal intencionados. Por outro lado, pais e professores se vêm com a responsabilidade de fornecer tais informações no entanto, não possuem uma noção clara de como o fazer. Mas, nem é preciso ter profundos conhecimentos de biologia ou de botânica e zoologia para poder ensinar ao indivíduo, noções práticas à respeito dos fatos que observa e lhe chamam a atenção.

Dentro do magnífico plano biológico da natureza, animais e vegetais apresentam tais relações de semelhança entre si, que qualquer pessoa, logo as entenderá e muito aproveitará com explicações bem dadas e sobretudo dadas em ocasião oportuna.

Assim, como se fala em respiração, circulação, digestão com maturidade e em nível elevado, pode-se e deve-se falar de reprodução, como sadia satisfação da curiosidade inata a respeito da origem humana e de seu desenvolvimento.

Os dados da questão feita aos professores, com relação às disciplinas ou momento que se deve dar a educação sexual aos indivíduos deficientes mentais, apontaram que a educação sexual deve ser dada em aulas específicas de ciências ou biologia e ainda que deve ser dada em todas as disciplinas, à medida que surgirem perguntas dos excepcionais ou oportunidade para o próprio professor questionar e explicar quando possível.

Alguns responderam que a educação sexual para os excepcionais, deve ser trabalhada com especialistas na área. Mas, é bom lembrar que se a educação sexual for transmitida com amor e compreensão, paciência e graduação, terá certamente uma influência educativa e moral muito mais elevada e construtiva, conforme afirmação de (Mielnik, 1980), já citada.

As dificuldades encontradas pelos sujeitos em se discutir o assunto sexualidade com o indivíduo excepcional, pode ser explicada segundo a interpretação de Mielnik (1975), que "precisamos compreender que tanto os pais, quanto os professores, agem em função de suas próprias personalidades, e que estas, foram moldadas por pais e professores também. No entanto, essas duas forças modeladoras da personalidade do indivíduo, devem agir em conjunto, especialmente no setor sexual". O sexo não é certamente, o único ou o mais importante setor da vida humana. Contudo, é bastante importante e destacado para fazer parte integrante na formação de uma personalidade sadia e equilibrada. Os pais, são ativos no ambiente familiar, o professor, na escola.

É comum os pais esquecerem completamente dos tempos da meninice, das dificuldades e penosas lutas que tiveram, das dúvidas e pesadelos com que enfrentaram os primeiros conhecimentos sexuais, adquiridos através de erros e experiências a que não gostariam de submeter os filhos. Pode-se afirmar que se trata de sentimento de pudor, medo ou comodismo por parte dos Ss., conforme o caso. E, quando assim se procede, fugindo às perguntas, estarão os



responsáveis na realidade, apenas adiando uma situação embaraçosa para mais tarde.

Com relação ao comportamento do jovem deficiente mental perante a sociedade em geral, os sujeitos fizeram várias análises, mas todas apontaram aspectos positivos no que tange ao comportamento desses indivíduos.

Ao contrário do que se pensa, os indivíduos portadores de deficiência mental, não são difíceis de se lidar e nem eles próprios apresentam problemas em lidarem com outras pessoas, sejam elas normais ou não. A não ser em casos onde as pessoas não possuem informações necessárias para compreendê-los e também a sua situação excepcional. Não se pode esquecer de ressaltar, que ainda existe o problema do preconceito por parte de pessoas mal informadas, o que às vezes dificulta o relacionamento entre essas pessoas e o indivíduo excepcional.

As opiniões de pais sobre o que acham de um adolescente excepcional receber orientação sexual mostra uma atitude favorável e positiva em relação à orientação sexual para esses indivíduos. Os dados, confirmam o estudo de Lipp (1986), que diz que é tolice pensar que o deficiente não precisa de respostas a questões sobre sexo ou que ele não vá procurar dentro de si mesmo ou junto a outros que queiram falar sobre o assunto. Normalmente, os que fornecem informações sobre sexo, são os colegas da sua escola, os quais não sabem também muito a esse respeito. Caso a atitude dos pais com relação a esse assunto for de retraimento, reserva ou, uma atitude menos natural, é evidente que o excepcional não fará mais perguntas a respeito de um assunto

que constrange e embaraça o adulto. Por isso é que muitos pais contam que os filhos *nunca perguntaram nada* a respeito de temas sexuais. Mas, nem por evitar perguntar aos pais, o excepcional deixará de preocupar-se com assuntos sexuais; irá certamente procurar outras fontes de menos crédito, conforme explica (Mielnik, 1980).

Vê-se que a educação sexual que o indivíduo recebe em casa é, pois, de enorme alcance, evitando informações maliciosas e erradas que muitas vezes são obtidas em companhias desaconselháveis e que ajuda o excepcional a formar uma personalidade sexual sadia. Não podemos fingir que o sexo não existe, que seus impulsos não se manifestam. Devemos atender a esse imperativo e satisfazer a necessidade de informação do excepcional.

Com relação à faixa etária ou o momento que os sujeitos acham ser o ideal, para se começar a dar a orientação sexual para os indivíduos deficientes mentais, os dados apresentaram a idade dos 7 aos 12 anos, como a melhor. Poucos ou nenhum indicaram que essa orientação, deva começar desde pequeno ou desde o momento em que surgirem as perguntas do deficiente mental, contrariando as afirmações de Mielnik (1980), de que não existe realmente uma idade indicada para ser iniciada a orientação sexual, de que deve começar no momento em que o indivíduo faz sua primeira pergunta sobre sexo.

É bom lembrar que, quando os jovens são mal preparados em casa, estes, não estarão aptos à defender-se contra as seduções que encontram fora do lar, tanto no sentido ético e moral, como no sentido de esclarecimentos

sexuais. É importante também lembrar que ao invés de esperar que o excepcional faça perguntas sobre sexo, seria melhor que os pais e professores, fornecessem ao indivíduo elementos e fatos, com que pudesse enfrentar e solucionar as dúvidas que viessem a ter. E isso, é proporcionado, através das atitudes adequadas que esses responsáveis devem adotar em casa e na escola.

Quando se trata de família, parece não existir nenhuma preferência entre pai e mãe. Ambos deveriam orientar, mas, frequentemente é a mãe a escolhida para o esclarecimento das primeiras perguntas, talvez pelo fato de a mãe estar mais habitualmente em casa ao lado do filho(a).

A opinião dos sujeitos a respeito do procedimento que tomariam caso um filho ou uma aluna excepcional engravidasse, mostra que grande parte dos sujeitos orientaria e apoiaria ou ajudaria no que fosse possível a jovem excepcional.

Vê-se que são procedimentos positivos com relação ao fato. No entanto, alguns dos sujeitos, disseram que o problema é exclusivamente dos pais, já outras, assustariam com o fato e não saberiam o que fazer e ainda alguns dos pais responderam que um excepcional não pode ter filhos.

As diferentes atitudes dos Ss., talvez se fundamente no passado, onde cada um, teve ou recebeu um tipo de educação, o que de certa forma, influencia bastante o procedimento que cada um teria nessa ou em qualquer outra situação.

Os procedimentos que tomariam os sujeitos, caso um filho ou um aluno excepcional tivesse engravidado uma garota, apareceram de forma positiva. Vários foram os procedimentos citados pelos sujeitos, sendo que o mais indicado pelos pais, foi o de ajudar no que fosse possível e o mais indicado pelos professores, foi o de orientar os jovens excepcionais. No entanto, alguns dos professores, adotariam procedimentos, tal como por exemplo, o de encarar o fato com reservas, deixando o problema a ser solucionado exclusivamente pelos pais.

Estes dados, confirmam a colocação de Mielnik (1980), quando diz que, apesar de o local mais adequado para a orientação sexual ser o ambiente familiar, é bom lembrar que os pais por melhor que sejam, mais amorosos e compreensivos, podem ser tecnicamente ignorantes quando se trata de preparar os filhos de forma adequada para as situações sexuais. Segundo o autor, a maioria dos pais não têm a perícia, o conhecimento e a técnica para a tarefa de educar sexualmente com simplicidade e naturalidade necessárias. E não há dúvida de que o professor necessita igualmente de preparo técnico especializado para a realização de tal tarefa.

A opinião dos pais em aconselhar ou não o filho(a) excepcional a fazer uso de meios anticoncepcionais mostrou que a maioria é favorável ao uso desses meios. Para aqueles Ss. que são favoráveis ao uso de método contraceptivo, disseram que isso evitaria uma gravidez indesejada. Já, para aqueles não favoráveis ao método,

alegaram que isso não iria resolver ou ainda que o uso de tal atitude preventiva é pecado.

A diferença de atitudes dos pais, com relação ao uso de meios anticoncepcionais, pode ser questão para ser estudada em futuras pesquisas.

Com relação ao tópico "casamento entre indivíduos excepcionais", a maioria dos sujeitos mostrou-se favorável. Todos os pais apontaram seus motivos por terem essas opiniões. Daqueles que são favoráveis ao casamento entre os excepcionais, grande parte justificou que os deficientes mentais têm esse direito. Já para aqueles que não são favoráveis ao casamento, a maior parte respondeu que não daria certo. Não se sabe que fatores influenciaram a opinião desses Ss. Talvez sejam questões religiosas, de educação, econômicas, sociais, e ainda devido às contingências da vida dos pais e do indivíduo excepcional.

As sugestões feitas pelos sujeitos (pais e professores) a respeito da sexualidade do excepcional, mostra a grande variedade das questões sugeridas pelos Ss: entre as que mais foram citadas, estão: orientar certo para não aprender coisas erradas na rua; que todos os deficientes mentais fossem orientados sobre sexualidade e um número considerável de sujeitos, sugere que deveria haver uma pessoa especializada para a tarefa de educar sexualmente o indivíduo excepcional.

## 6 - CONCLUSÃO

Os dados deste estudo nos mostraram que a Educação Sexual é um assunto considerado conveniente, desejável e necessário na vida dos indivíduos excepcionais. No entanto, a questão que se coloca é: como proceder da melhor maneira quando se é responsável por esta tarefa?

Isto leva a se questionar o seguinte: estariam apenas os especialistas no assunto, capacitados a fornecer orientação sexual aos deficientes mentais? Concordando com Lipp (1986), é necessário refletir sobre estas questões e ponderar o que é mais conveniente para o deficiente mental: receber orientação de especialistas no assunto ou dos familiares que podem ensinar através de exemplos e de modelos ao longo de toda a vida?

O assunto parece ser bastante complexo e polêmico, uma vez que ao mesmo tempo que se considera desejável que o deficiente mental obtenha no seio da sua família as informações necessárias para seu desenvolvimento

sexual, questiona-se: estaria a família munida de recursos e preparada para cumprir tal tarefa?

É importante, que tanto os pais quanto os professores, observem bem suas atitudes ou reações relativas ao sexo, porque certamente, causam impressão nos jovens, possivelmente, influenciará no desenvolvimento de suas personalidades.

Tanto pais, como professores, apesar de demonstrarem atitudes positivas acerca da Educação Sexual dirigida aos indivíduos deficientes mentais, demonstraram também que seria conveniente que a tarefa fosse feita por pessoas especializadas no assunto. Isto, sugere que os Ss. estejam se sentindo pouco habilitados, para o cumprimento da tarefa.

Caberia então, aos profissionais da Saúde e Educação, a tarefa de desenvolver programas adequados a cada população, segundo as suas necessidades, no sentido de capacitar pais e educadores para lidarem com tais questões, uma vez que são eles que vivenciam no seu dia-a-dia, os problemas que envolvem a vida e o universo do indivíduo excepcional.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BIJOU, S. W. in BUENO, J. L. O. O estudo do comportamento: Pesquisa e Prática no Brasil. *Anais da X Reunião Anual de Psicologia de Ribeirão Preto. 1986.*
- BRAGA, E et al. *Subsidios para a implementação da proposta curricular de programas de saúde para deficientes mentais educáveis.* Impresso: República Federativa do Brasil, S. P., 1985, 223 p.
- BRAUNER, A. e BRAUNER, F. *Conselhos aos Educadores e às famílias: Como educar uma criança deficiente mental.* Edições Pestalozzi, Rio Janeiro, 1972, 249 p.
- CRUICKSHANK, W. M. e JOHNSON, G. O. *A educação da criança e do jovem excepcional.* 1ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979, 298 p.



GLAT, R. e KADLEC, V. P. S. *A criança e suas deficiências*.  
Rio de Janeiro, AGIR, 1984.

GROSSMAN, H. J. in BUENO, J. L. O. O estudo do comportamento: Pesquisa e Prática no Brasil. *Anais da X Reunião Anual de Psicologia de Ribeirão Preto*, p. 108, 1986.

HASELTINE, B. e MILTENBERGER, R. G. Teaching self-protection skills to persons with mental retardation. *Am. J. Ment. Retard.* 95(2): 188-97, 1990.

HUNTLEY, C. F. e BENNER, S. M. Reducing barriers to sex education for adults with mental retardation. *Ment Retard.* 31(4): 215-20, 1993.

KATODA, H. *et al.* School nurses and health education for pupils with and without intellectual handicaps: a study conducted in Japan and Sweden. *Nurse Educ. Today*, 10(6): 437-47, 1990.

KATODA, H. Parents and teachers praxes of and attitudes to the health and sex education of young people with mental handicaps: a study in stockholm and Tokyo. *J. Intellect Disabil Res.* (Pt 2): 115-29, 1993.

KIRK, S. A. e GALLAGHER J. J. *Educação da criança Excepcional* 1ª ed. bras. São Paulo, Martins

- LINDSAY, W. R. *et al.* Increases in Knowledge following a course of sex education for people with intellectual disabilities. *J Intellect Disabil Res.*, (Pt 6): 531-9, 1992.
- LIPP, M. E. N. *Sexo para deficientes mentais*. 3a. ed. São Paulo, CORTEZ 1986. 94 p.
- LOPES, G. *Sexualidade Humana*. 2ª ed. , São Paulo, S. P., 1993, 364 p.
- LOUZAS, A. Preconceituoso, eu? Você, sim! *Ed. Médicas, Técnicas e Científicas Ltda.* Federação Nacional das APAEs, Brasileira, 59:8-10, 1990.
- LUNDEER VOLD, D. A. E YOUNG, L. G. Treatment acceptability ratings for sexual offenders: effect of diagnosis and offense. *Res. Dev. Disabil.* 13(3): 229-37, 1992.
- MANTOAN, M. T. *Compreendendo a deficiência mental*. São Paulo, SCIPIONE, 1989, 162 P.
- MCCABE, M. P. Sex education programs for people with mental retardation. *Ment Retard.* 31(6): 377-87, 1993.
- MELLO, A. M. *et al.* *Sexualidade e o adolescente deficiente mental Reproduo*, 4(1): 19-21, 1989.

- MIELNIK, J. *Seu filho e os problemas do sexo*. 2ª ed., São Paulo, S. P., 1975, 124 p.
- MIELNIK, J. *Educação sexual na escola e no lar - Da infância à adolescência*. 4ª ed., São Paulo, S. P., 1980, 246 p.
- NETO, A. C. A criança maltratada: A inocência sem defesa. *Consultório Médico*. São Paulo, 18: 31-32, 1993.
- OUSLEY, O. Y. e MESIBOV, G. B. Sexual attitudes and Knowledge of high-functioning adolescents and adults with autism. *J. Autism Dev. Disord*, 21(4):471-81, 1991.
- RODRIGUES, A. P. *et al.* A adolescência FEMININA. Rio de Janeiro, 21(3):241-245, 1993.
- SILVA E COSTA, J. A. Sexualidade: uma concepção humanista. *Boletim de Psiquiatria*. São Paulo, 15(1): 11-15, 1982.
- TOOMEY, J. F. Final report of the Baawnmore Personal Development Programme: staff attitudes and sexuality programme development in an Irish service organization for people with mental handicaps. *Res. Dev. Disabil*, 14(2): 129 - 44. 1993.
- VITIELLO, N. Planejamento na assistência à adolescência. FEMININA. Rio de Janeiro, 20(12): 1245-1257, 1992.

WINDHOLZ, M. H. *Passo a passo seu caminho - Guia curricular para o ensino de habilidades básicas*. São Paulo, EDICON, 1988. 495 p.

## APENDICE 1

### QUESTIONARIO PARA PAIS DE ALUNOS EXCEPCIONAIS:

Estamos interessados em estudar a Educação Sexual para jovens excepcionais. Pedimos a sua colaboração. Para isso, queremos que responda as perguntas deste questionário do modo mais sincero e honesto possível. Não é preciso se identificar. Se achar necessário, pode assinalar mais de uma alternativa. MUITO OBRIGADA.

1- Na sua opinião, a Educação Sexual do jovem excepcional deve ser dada:

pela família

pela escola

pela T. V.

pela igreja

através do livro e revistas

por outros \_\_\_\_\_

2- Qual a sua opinião sobre a Educação Sexual para jovens excepcionais? \_\_\_\_\_

3- O Sr.(a) tem dificuldades em conversar e discutir assunto de sexualidade com seu filho?

Sim

Não

Quais dificuldades? \_\_\_\_\_

4- Como seu filho(a) se dá (relacionamento) com vizinhos, parentes, amigos e família? \_\_\_\_\_

5- O Sr.(a) acha que um adolescente excepcional deve ser orientado sobre assuntos de sexualidade?

( ) Sim

( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

De que modo? \_\_\_\_\_

Em que faixa de idade? Por quem? \_\_\_\_\_

6- Qual seu procedimento frente a uma gravidez de sua filha excepcional? \_\_\_\_\_

7- Qual seu procedimento frente ao fato do seu filho excepcional ter engravidado alguma garota? \_\_\_\_\_

8- O Sr.(a) aconselharia seu (sua) filho(a) a fazer uso de meios anticoncepcionais? ( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

9- O Sr.(a) é a favor do casamento entre indivíduos excepcionais? ( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

10- O Sr(a). tem alguma sugestão a fazer sobre o assunto? \_\_\_\_\_

**APENDICE 2****QUESTIONARIO PARA PROFESSORES DE ALUNOS COM DEFICIENCIA  
MENTAL**

Estamos interessados em estudar a Educação Sexual do jovem excepcional. Pedimos a sua colaboração. Para isso, queremos que você responda as perguntas deste questionário do modo mais sincero e honesto possível. Não é preciso se identificar. Você pode assinalar mais de uma alternativa, se achar necessário. MUITO OBRIGADA.

**1- Na sua opinião, a Educação Sexual do jovem excepcional deve ser dada:**

- Pela família
- Pela escola
- pela T. V.
- pela igreja
- através de livros e revistas
- por outros

**2- Com relação a Educação Sexual dada na escola, responda qual a sua participação:**

- aceito mas não me disponho a participar
- não participo, mas dou sugestões
- não concordo com o programa
- não participo
- participo ativamente e oriento certo quando perguntam(
- lendo livros a respeito e explicando

**3- Na sua opinião, a Educação Sexual deve ser ministrada para alunos a partir de que idade?**

- 7 - 12 anos
- 12 em diante
- desde que interesse a saber a respeito, às vezes bem novinho.

4- A educação Sexual para alunos excepcionais deve ser dada:

( ) nas aulas de ciência ou biologia

( ) em todas as disciplinas

( ) outro \_\_\_\_\_

(escreva aqui a sua sugestão)

5- O que você pensa à respeito da Educação Sexual para adolescentes com deficiência mental? \_\_\_\_\_

6- Você tem dificuldades em trabalhar com a Educação Sexual para excepcionais? ( ) Sim ( ) Não  
Quais? \_\_\_\_\_

7- Qual a sua posição frente a uma gravidez indesejável de uma aluna sua? \_\_\_\_\_

8- Qual sua posição frente ao fato de um aluno seu ter engravidado alguma garota? \_\_\_\_\_

9- Você tem alguma sugestão a fazer sobre esse assunto? \_\_\_\_\_

10- Como o seu aluno se dá (relacionamento) com os outros colegas? \_\_\_\_\_